

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Caiado segue internado em São Paulo

Ainda não há decisão se o vice-governador, Lincoln Tejota, assumirá o posto interinamente

Dayrel Godinho

Após sofrer dores no peito e ser internado em Goiânia para depois ser transferido para o Hospital Sírio Libanês em São Paulo na noite da última quarta-feira (9), ainda não se sabe se o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), vai pedir licença do cargo, dando posto ao vice-governador, Lincoln Tejota (Pros). O governador realizou vários exames ontem (10), onde não foi constatado um infarto.

Apesar de ainda não ter havido decisão, Tejota usou suas redes sociais para comentar o assunto e afastou a questão. O vice esteve com o governador Ronaldo Caiado durante sua admissão no Hospital Sírio-Libanês e ontem afirmou, nas redes sociais, que o governador está atento às questões administrativas e que recomendou "ainda mais trabalho da equipe".

A publicação foi dada depois que alguns veículos de comunicação questionaram a decisão do vice-governador em manter sua agenda em São Paulo. Ele participa na cidade do Fórum de Investimentos Brasil 2019. Na postagem do Instagram, Lincoln finaliza dizendo que está coeso com go-



Governador continua no cargo e, segundo Lincoln Tejota, está atento às questões administrativas do Estado

vernador e orando pela sua pronta recuperação.

Além de Lincoln Tejota, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (Democratas), também visitou Caiado na tarde desta quinta-feira, no hospital. De acordo com o ministro, o democrata está em fase de recuperação. "Ele está muito bem, graças a Deus, se recuperando do procedimento (angioplastia). Muito provavelmente, em meados da próxima semana, estará firme e forte trabalhando em Goiânia", disse o ministro.

### Boletim

O último boletim médico

divulgado lembrava que o governador Ronaldo Caiado havia sido submetido, na quarta-feira (9), a um cateterismo no Hospital do Coração, em Goiânia, e que não tinha sido detectado infarto. No Hospital Sírio-Libanês, ontem, optou-se pela realização de uma angioplastia com a implantação de um stent. De acordo com a unidade de saúde, o governador passa bem, está consciente e obedecendo a procedimento de rotina. Ele deverá cumprir 24 horas na UTI.

### O caso

O governador Ronaldo Caiado (Democratas) foi

transferido para o Hospital Sírio-Libanês, por decisão da família para realização de nova bateria de exames, sob os cuidados da Dra. Ludhmila Abrahão Hajjar, médica que o acompanha há mais de dez anos.

O democrata foi internado no Hospital do Coração no início da tarde de quarta-feira (9), em Goiânia, após sentir sintomas de mal estar e dores no peito. Segundo informações preliminares divulgadas pela Revista Veja, o democrata havia sofrido um infarto, o que foi descartado após avaliação da equipe médica.

### Repercussão

A internação do governador repercutiu no plenário da Assembleia Legislativa de Goiás. Deputados da base aliada e da bancada de oposição manifestaram preocupação com o estado de saúde de Caiado, desejando-lhe pronto restabelecimento.

O ex-deputado federal e atual presidente do MDB goiano, Daniel Vilela, inclusive, desejou melhoras ao governador. "Desejo o pronto restabelecimento do governador, internado hoje após sentir um mal-estar. Torcemos para que tenha sido somente um susto. Aproveito para desejar muita saúde para o governador!".



## BALANÇO

# Gestão de Lissauer ganha destaque e reconhecimento

Exercendo uma gestão republicana e pautada pela independência entre os Poderes, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Lissauer Vieira (PSB), têm se destacado pelo diálogo constante com representantes do Executivo e Judiciário, o que tem garantido para o Parlamento goiano acordos históricos, entre eles, o fim do impasse entre o Poder Legislativo e o Governo do Estado com relação ao duodécimo. Essas e outras ações tem ganhado destaque e reconhecimento da sociedade e dos demais parlamentares da Casa de Leis.

A garantia do repasse do duodécimo para o Poder Legislativo é uma das grandes conquistas da atual gestão e foi estabelecida após tratativa entre o presidente Lissauer e o governador Ronaldo Caiado (DEM). No acordo, ficou definido que a Alego abrirá mão de R\$ 63 milhões da previsão orçamentária para 2020. Com isso, o Governo do Estado repassará ao Legislativo goiano o montante de R\$ 96 milhões a partir do ano que vem, ao invés dos R\$ 156 milhões previstos anteriormente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O valor, que corresponde ao montante de R\$ 8 milhões mensais, será destinado para manutenção e investimentos no Parlamento goiano.

Segundo o chefe da Casa de Leis, um resultado positivo e uma conquista importante "fruto do diálogo" entre os dois Poderes. "Sempre defendi ações e alternativas para avançar a economia de Goiás. Acredito que avançamos em uma conversa muito produtiva com o Governo e conseguimos chegar a um acordo positivo entre todos os lados. A Ale-



Uma das conquistas do Legislativo goiano foi acerto das emendas impositivas, costurado com o Executivo do Estado

go não quer nada a mais do que seu direito garantido pela Constituição e o repasse do duodécimo para o Legislativo goiano é, sem dúvidas, fruto do bom diálogo", afirmou.

### Reconhecimento

Atuando com transparência e diálogo à frente da Alego, Lissauer tem obtido respaldo dos demais parlamentares da Casa, que consideram as suas ações importantes para a independência do Poder Legislativo e para toda a sociedade goiana. Diego Sorgatto (PSDB), afirma que o presidente Lissauer tem "surpreendido" pela forma de administrar e conduzir o Parlamento.

"Ele é um presidente moderno, trabalhador, aberto ao diálogo e encara cada situação analisando e definindo quais são os prós e os contras de cada pauta. Eu considero,

pelo menos no momento em que estou deputado estadual nos últimos 5 anos e de décadas que eu acompanho a política, Lissauer Vieira como um dos melhores presidentes dos últimos anos. Ele tem surpreendido de forma positiva não só nós deputados estaduais e servidores, mas toda a sociedade e os demais Poderes com o trabalho que ele vem realizando", classifica.

Para a deputada Lêda Borges (PSDB), Lissauer tem aproximado a Casa Legislativa da população através das diversas iniciativas sociais empreendidas por ele. "A gestão do deputado Lissauer tem aproximado a Assembleia dos cidadãos, não só com as atividades do parlamento, como projetos de lei de interesse da sociedade, mas também aproximando em ações mais lúdicas e mais saudáveis. São vá-

rios projetos que eu tenho admirado como a 1ª Corrida de Rua da Alego e a 1ª festa junina solidária", pontua.

O deputado e ex-presidente da Alego, Helio de Sousa (PSDB), também ressaltou as ações de transparência reforçadas por Lissauer, além de uma "maior" independência do Poder Legislativo. "Alguns aspectos têm que se comemorar. Primeiro que o mandato do Lissauer está permitindo, dentro dos períodos que eu já passei na Assembleia, uma maior independência da Casa em relação aos outros Poderes. Nem sempre é fácil e eu sei que ele sempre busca manter uma relação harmônica. Vejo que o deputado Lissauer na presidência tem tido grande desenvoltura para defender os interesses da Assembleia Legislativa", destaca.

Coronel Adailton (Progressista) enfatizou a importância do repasse do duodécimo para o Legislativo goiano, medida, que segundo ele, se deve ao "esforço e trabalho" do presidente Lissauer. "A aprovação do duodécimo era uma medida perseguida pelo nosso presidente e por todos deputados há muitos anos, agora, com o esforço e trabalho do deputado Lissauer na presidência da Assembleia e a Mesa Diretora com apoio dos demais deputados, tem conseguido conscientizar e sensibilizar o Governo do Estado no sentido de que é uma norma legal é constitucional, porém nunca foi exercida. O deputado Lissauer está de parabéns por ter conseguido mais esse direito aos deputados estaduais da 19ª legislatura", elogia.



## Alívio para o Meia Ponte

Precipitações na cabeceira do rio nos dias 7 e 8 de outubro elevaram a vazão do curso d'água em 42%, mas o volume tem diminuído aos poucos nos últimos dias

Igor Caldas

As últimas chuvas que caíram em Goiás elevaram a vazão do Rio Meia Ponte. Ainda assim, de acordo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), ações para garantir a segurança hídrica da bacia serão mantidas. Segundo o gerente do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas da Semad, André Amorim, chuvas que caíram próximas à cabeceira do Rio Meia Ponte nos dias 7 e 8 de outubro elevaram a vazão do rio em 42%, mas o nível já começou a cair novamente.

Mesmo considerada alta, o volume de água do Rio Meia Ponte está diminuindo aos poucos desde o dia 9 de outubro. De acordo com a Semad, a vazão média do Meia Ponte fechou em 3.977 mil litros por segundo na última terça-feira (8); no dia seguinte, o volume das águas sofreu um pequeno decréscimo, ficando em 3.871 litros por segundo.

A Semad afirma que se houver chuvas nos municípios localizados acima do Rio Meia Ponte nos próximos dias, serão pancadas isoladas. "O período de chuvas ainda está começando. Elas estão irregulares e vai ser necessário que ela se estabilize para dar maior conforto na questão da segurança hídrica do Estado". Ele ainda afirma que a Semad tem realizado ações de monitoramento e fiscalização para garantir

que os municípios abastecidos pelo sistema do Rio Meia Ponte não corram risco de desabastecimento de água.

### Represas

André Amorim destaca que o auxílio das represas que lançam água no sistema Meia Ponte não está descartado. "Dentro do panorama de fiscalização e monitoramento realizado pela Semad, as comportas das barragens podem ser abertas novamente se for necessário".

### Para evitar racionamento

Com o intuito de combater o risco da crise hídrica, a abertura de represas com vazão de fundo fez parte do plano emergencial adotado pelo Governo de Goiás, que também reduziu as outorgas de captação em 50% e reviu os horários de irrigação ao longo da Bacia do Meia Ponte.

Essas medidas fizeram parte da proposta do governo em manter a vazão do rio acima dos 1.500 litros por segundo para garantir o abastecimento de água em Goiânia e Região Metropolitana.

O racionamento estava previsto para iniciar se a vazão ficasse em 1.500 litros por segundo por sete dias seguidos. A Semad intensificou a fiscalização das outorgas de uso de água e negociou com produtores para que a água de reservatórios particulares fosse utilizada com o objetivo de equilibrar a vazão na bacia do Rio Meia Ponte.

Fotos: Wesley Costa



As últimas chuvas que caíram em Goiás elevaram a vazão do Rio Meia Ponte



## Ações conjuntas garantem segurança hídrica



O volume de água do Rio Meia Ponte está diminuindo aos poucos desde o dia 9 de outubro



Se houver chuvas nos municípios acima do rio, serão pancadas isoladas

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) ressalta que ações de fiscalização dos irrigantes da bacia, monitoramento constante, mobilizações com a população e reuniões continuarão sendo feitas. "Estamos tendo sucesso em garantir a segurança hídrica do Estado por causa do trabalho conjunto que está sendo realizado. A população, produtores agrícolas, órgãos reguladores, o poder público e Saneago estão envolvidos. A água é um bem comum e precisa ser resguardado por todos", destaca.

Desde o último mês, a Semad orientou produtores rurais da Bacia do Alto Meia Ponte a reduzir o tempo de irrigação nas propriedades que são abastecidas pelo manancial. A restrição foi determinada por portaria e estabele-

ce limite de horário de acordo com a vazão média do rio durante o dia.

A Semad informa diariamente sobre o escoamento no site e nas redes sociais, sempre às 18 horas, com banners digitais que alertam os produtores rurais sobre as condições de irrigação de suas propriedades de acordo com o monitoramento da vazão do rio. Mesmo com a vazão do rio acima de 3,5 mil litros por segundo, a medida ainda está em vigor.

O gerente André Amorim explica que a vazão aumentou nos últimos dias, mas pode voltar a baixar por causa da irregularidade das chuvas. "Choveu bastante nos municípios localizados acima da bacia, como Itauçu e Santo Antônio de Goiás. Esse foi o principal motivo do aumento. No entanto, depois das chuvas, a vazão já começa

a baixar novamente. É como se fosse uma enxurrada: No início, a água desce forte e depois vai diminuindo aos poucos, assim, a medida que a chuva vai passando", explica.

### Previsões

As ações de controle de irrigação só devem voltar ao normal quando as chuvas comecem a ficar mais regulares. Pelas previsões, André acredita que as precipitações continuarão irregulares nos meses de outubro e novembro, mas alerta que tudo pode mudar. "O clima sofre influência de uma série de fatores. Alguns deles acontecem do outro lado do mundo e podem afetar a gente. Por isso, um prognóstico preciso com mais de 15 dias de antecedência é muito difícil".

A Portaria 206/2019, que foi publicada na edição su-

plementar do Diário Oficial do último dia 13, determina que caso a vazão do Meia Ponte esteja acima de 2.300 l/s, os produtores poderão irrigar das 19h às 3h. Com vazão entre 1.800 l/s e 2.300 l/s, o horário fica restrito ao período entre 19h e meia-noite ou 22h e 3h. Se Entre 1.300 l/s e 1.800 l/s, a irrigação poderá ser feita por apenas 3 horas, tendo como opção entre 20h e 23h ou 23h e 2h.

A Companhia de Saneamento do Estado de Goiás (Saneago) monitora atentamente a vazão no ponto de captação e a última leitura, realizada às 17 horas desta quarta-feira foi de 3.730 litros por segundo. A Companhia informa que, como uma das usuárias da bacia do Rio Meia Ponte, possui outorga para captar 2.000 litros de água por segundo, que são utiliza-

dos para abastecer a Região Metropolitana de Goiânia.

No entanto, é importante ressaltar que, de acordo com a deliberação Nº 009 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, há necessidade de preservar a vazão remanescente em 500 litros por segundo – estando o manancial classificado em Nível Crítico 3. Logo, desde que a situação permaneça dentro desses requisitos, não haverá desabastecimento.

No momento, o fornecimento de água para a Região Metropolitana está regular. De qualquer forma, a Saneago reforça a orientação de consumo moderado, não só por parte da população, mas também por parte dos usuários da bacia a montante da captação, até a total recomposição da bacia, para garantir a regularidade do sistema. **(Especial para O Hoje)**



## Áreas darão lugar a moradias

**Agehab estuda áreas ocupadas que devem dar espaço a novas moradias em Goiás**

Higor Santana

A Agência Goiana de Habitação (Agehab) informou que com a reintegração de posse de áreas ocupadas, cerca de cinco mil novas casas populares serão construídas em Goiás. De acordo com o presidente da Agehab, Eurípedes José do Carmo, Goiás possui hoje diversos locais que podem passar por reintegração de posse para que construção de moradias populares. Ontem, a Prefeitura de Goiânia reintegrou uma área pública, que abrigava cerca de 100 famílias no Conjunto Vera Cruz II.

Ainda de acordo com Eurípedes, só no Conjunto Vera Cruz II, a Agehab espera construir cerca de 1,5 mil novas moradias. "Aquele área pertence à Agehab, ali, iremos construir 1.500 apartamentos para atender a população que estava ocupando o local e outras demais famílias que ocupas essas áreas. Será aberto as inscrições para as famílias se cadastrarem no momento oportuno e depois será feito o sorteio. Tudo com a supervisão do Ministério Público", explica.

Ainda segundo o presidente da Agehab, outras áreas já são estudadas que também podem ser desocupadas. "Não é só em Goiânia. O Estado possui outras áreas, que estamos viabilizando recursos para outros projetos. Temos projetos para construção de mais de 5 mil moradias no Estado, no próximo ano", conclui Eurípedes.

Ontem, a Agência de Habitação cumpriu o mandado judicial de reintegração de posse



Segundo a Agehab, Goiás possui diversos locais que podem passar por reintegração de posse para a construção de moradias populares

do Conjunto Vera Cruz, invadidas por pessoas não identificadas. Os oficiais de Justiça efetivaram a reintegração no início da manhã, que foi acompanhada por servidores da Secretaria de Segurança Pública e da Agehab.

A reintegração foi concedida em ação proposta pela Agehab com Interdito Proibitório, com tramitação na 30ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. A saída das famílias foi pacífica. A oficial de Justiça, Célia Falone, explicou que os moradores tinham conhecimento da ação deste o dia 6 de setembro deste ano. No entanto, as famílias alegam que só foram informados da ação na última terça-feira (8).

Em setembro, foi realizada uma reunião entre os moradores e representantes de diferentes secretarias. No encontro, foi definido um prazo de 10 dias para as famílias deixarem o local e, posteriormente, o período foi estendido.

"Desde esta reunião muitos deixaram pacificamente o local e restaram apenas quatro moradias. Hoje [ontem] a pá carregadeira está retirando os entulhos e não houve registro de violência", disse Célia.

*Ontem, a Prefeitura de Goiânia reintegrou uma área pública, que abrigava cerca de 100 famílias no Conjunto Vera Cruz II*

A oficial de Justiça ressaltou ainda que todos os moradores foram cadastrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas). Ela também explicou que a área reintegrada

pertence ao Estado e seria destinada a Agehab para a construção das casas populares.

### **Morro do Mendanha**

Em junho, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) exigiu da Justiça o cumprimento de uma sentença que obriga o município de Goiânia à desocupação e recuperação do topo e encostas do Morro do Mendanha. No pedido, o MP requereu que a prefeitura e a Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) cumprissem a obrigação de elaborar levantamento das áreas de preservação permanente (APP) do Morro, num prazo máximo de 90 dias, sob pena de multa diária no importe de R\$ 2 mil.

Outra imposição do MP foi a desocupação e remoção de casas, pessoas e demais ocupações e equipamentos urbanísticos irregulares, inseridos na APP. Além disso, o órgão propôs a elaboração de um projeto técnico visando à preservação e recuperação das

áreas degradadas do local.

Proposta em 2012, pelo promotor de Justiça Marcelo Fernandes de Melo, a ação civil pública apontou que desde 2001 o Morro do Mendanha vem sendo alvo de constante degradação e poluição ambiental, encontrando-se ocupado por várias moradias irregulares, que, por anos, desmataram e degradaram os recursos naturais com suas instalações improvisadas.

Apesar de desde 2005 o Ministério Público tentar a desocupação e recuperação do local, o promotor sustentou que tanto o município quanto a Amma permaneceram inertes frente aos danos ambientais causados. Ele acrescentou ainda que, além de ser considerada área de preservação permanente, ela também é classificada como unidade de conservação. **(Higor Santana é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de cidades Rhudy Crysthian)**



## Oposição deve ir à Justiça por emendas

**ASSEMBLEIA** Estado sinaliza que pode não pagar integralmente as emendas obrigatórias previstas para este ano; líder do Governo nega

**Marcos Nunes Carreiro**  
marcos.carreiro@opopular.com.br

Os deputados de oposição cogitam ir à Justiça, caso o governo não faça o pagamento integral das emendas parlamentares, que são impositivas. Cada um dos 41 deputados tem direito a receber R\$ 2,78 milhões em emendas neste ano para aplicação exclusiva na saúde. Reunião deve ser feita na próxima semana com um advogado para analisar o melhor caminho jurídico a ser seguido.

Segundo Cláudio Meirelles (PTC), a sinalização é de pagamento inferior à metade do valor previsto em lei e apenas para os parlamentares da base governista. “O governo sinaliza que vai pagar só R\$ 1 milhão e apenas para os deputados da base. Já pleiteei parecer da procuradoria, que aponta ser crime de responsabilidade, se ele (governador Ronaldo Caiado, do DEM) fizer isso.”

Aprovado no ano passado, o orçamento impositivo obriga o governo a pagar as emendas parlamentares. Caiado, inclusive, conseguiu negociar a redução dos percentuais para este ano, o que resultou em um escalonamento que começa em 0,5% e termina em 1,2% em 2022.

Durante a sessão de ontem, o deputado Henrique Arantes (MDB) conseguiu aprovar requerimento solicitando que a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, informe se já houve pagamento de alguma emenda e qual o valor dos re-

passes. “Se não houve pagamento, vamos à Justiça por crime de responsabilidade.”

### OBSTRUÇÃO

Enquanto as conversas não avançam, a oposição tenta obstruir projeto de interesse do governo para pressionar o diálogo. Primeiro secretário da mesa diretora, Cláudio Meirelles diz que fará a obstrução das propostas e aponta que os acordos feitos com o governo foram cumpridos.

Meirelles se refere a projetos como as aprovações da autorização para acesso a R\$ 1,8 bilhão de depósitos judiciais e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza a inserção dos gastos com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) na contabilidade de despesas com Educação. “Estou agindo na reciprocidade. Ele não está cumprindo e nós estamos obstruindo.”

Porém, alguns projetos do governo passaram em sessão, por exemplo, o que autoriza a abertura de capital da Saneago (*leia abaixo*). Sobre isso, Meirelles diz que não foi ele, mas o assessor adjunto à Presidência, Rubens Sardinha, quem colocou o projeto em tramitação, em sua ausência.

Questionado sobre o assunto, o líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), diz ver a situação com naturalidade e que, com diálogo, tem conseguido aprovar os projetos do governo na Casa. Sobre as emendas, relata que serão pagas “de acordo com a disponibilidade financeira do Estado”.



## Deputados querem “segurar” abertura de capital da Saneago

O projeto que autoriza a Saneago a abrir seu capital com venda de até 49% de suas ações começou a tramitar ontem na Assembleia Legislativa, com a escolha de Álvaro Guimarães (DEM) para relatá-lo na Comissão Mista, mas os deputados da oposição querem uma tramitação mais lenta para a matéria, com a realização de audiências públicas para discutir o tema. A questão foi levantada durante a sessão pelo deputado Talles Barreto (PSDB) e outros nomes da oposição engrossaram o coro, alegando que a proposta estava tramitando muito rápido – o projeto foi protocolado na terça-feira (1º). Presidente da Comissão de Serviços e Obras

Públicas, Antônio Gomide (PT) já recolheu assinaturas para a convocação do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, para que ele explique a proposta. Questionado sobre o assunto, o relator Álvaro Guimarães afirmou em plenário que não “apresentará relatório a toque de caixa”. A proposta, aliás, foi alvo de críticas de outros deputados. Da tribuna, Lêda Borges (PSDB) alertou em relação ao timing da abertura, devido à proximidade do término da concessão de Goiânia. “Não adianta falar em IPO com a concessão de Goiânia vencendo. Que empresa virá se não houver a presença de Goiânia, que tem o maior contrato?”, questiona.



## Agência retoma obras viárias

**GOINFRA** Nova gestão da pasta anuncia lista com ordens de serviço prioritárias. A maioria delas é para reparos em rodovias. Ao menos 20 trechos em GOs do Estado devem ser pavimentados

Jéssica Torres  
jessica.torres@opopular.com.br

O novo presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, empossado ontem (10), assinou 170 ordens de serviço para Goiás. A maioria delas se trata de reparos em rodovias goianas, de acordo com o titular da pasta. A lista também inclui obras civis em prédios, ginásios e demais construções, além de 20 trechos que serão pavimentados a partir da segunda quinzena de fevereiro do próximo ano. As primeiras execuções integram uma relação divulgada pela agência. Estas referem-se a serviços em pistas (veja quadro).

O primeiro passo, segundo Sales, será o reparo em GOs que estão em estado crítico. "As prioridades agora são as manutenções. Vamos enfrentar um período de chuva pela frente e temos neste caso de focar nos trechos mais problemáticos, que trazem risco de vida às pessoas que trafegam pelo lugar", explica.

Um dos locais que serão tratados como prioridade, conforme o presidente da Goinfra, é a GO-454, no trecho que val da cidade de Cocalinho e passa em Mozarlândia até a GO-164. A obra custará cerca de R\$1,5 milhão. "O povo lá está no barro, e, além disso, é um local importante para o

setor produtivo", ressalta.

A recuperação de um buraco no trecho da GO-060, entre Israelândia e Fazenda Nova, no Oeste goiano, também é considerada emergencial, segundo ele. Uma ponte metálica foi instalada no local no dia 26 de março deste ano, pelo exército, após fortes chuvas destruírem o aterro provisório colocado depois da formação de outro buraco na via. "Conversamos com a empresa responsável e garantiram a conclusão em 15 dias", destaca Sales.

Além disso, as obras que fazem parte de ações judiciais com prazo de cumprimento também entram na lista em caráter de urgência. Entre elas se destacam os trechos da GO-326, entre Sanclerlândia e Buri-

ti de Goiás; GO-518, de Buriti de Goiás a Córrego do Ouro; e a GO-164, de Sanclerlândia a São Luís de Montes Belos. No processo, há registro que os trechos das três vias causam transtornos à população local e aos usuários das rodovias.

Já no caso de rodovias que precisarão de obras com maior porte, a previsão de início é para fevereiro de 2020. "Vamos aguardar o término das chuvas para pavimentar os trechos das rodovias, já que não é aconselhado começar neste período", justifica o presidente da Goinfra.

Uma das primeiras, segundo ele, será a duplicação da GO-010, com saída de Goiânia e passagem por Bonfinópolis. Além disso, Sales garante que também está em andamento o planejamento de outras medidas para o Estado de médio e longo prazo.

Não só rodovias integram a lista. No próximo dia 14, terá início a recuperação de uma área próxima ao prédio de Águas Lindas de Goiás. A erosão gera riscos para a construção da penitenciária, conforme ele. A situação foi verificada pelo governador do Estado, Ronaldo Calado (DEM), em visita realizada em agosto deste ano, que ressaltou na ocasião o abandono do local pela gestão passada, no qual, a voçoroca teria surgido há quase 6 anos.

**“**  
**Temos de focar nos trechos mais problemáticos, que trazem risco de vida às pessoas que trafegam pelo lugar”**

Pedro Sales,  
presidente da Goinfra



Wildes Barbosa

### Fique por dentro

Obras que tiveram ordem de serviço assinada pela Goinfra e devem ser iniciadas ainda neste ano

Rodovia	Trecho	Serviço
GO-010	Não cita o trecho	Recapeamento, contenção e remendo profundo
GO-010	Silvânia – Vianópolis	Recuperação de erosão
GO-070	Inhumas	Recuperação de erosão
GO-070	Goiânia – Golanira	Recuperação de erosão
GO-108	Mambai – Vila Nova	Recuperação de erosão
GO-108	Sítio D'Abadia – Damianópolis	Recuperação de erosão
GO-154	Itaguara – Itaguari	Recuperação de erosão em ponte
GO-156	Itapuranga – Heitoraiá	Recuperação de erosão em ponte
GO-156	Americano do Brasil	Recuperação de erosão
GO-164	Entroncamento c/ GO-230 – Cidade de Goiás	Recuperação de erosão**
GO-230	Entroncamento c/ GO-482 – Calçara	Recuperação de erosão
GO-244	São Miguel do Araguaia – Novo Planalto	Recuperação de BTCC 100
GO-320	São João da Paraúna – Cachoeira de Goiás	Conservação em ponte de madeira*
GO-330	Pires do Rio – Ipameri	Recomposição BSTC e BTCC*
GO-334	Início de Pavimentação – Entroncamento c/ GO-164	Recuperação de erosão
GO-338	Pirenópolis – Entroncamento c/ BR-070	Recuperação de erosão em ponte
GO-401	Quirinópolis – Entroncamento c/ GO-174	Revestimento primário contínuo
GO-426	Santo Antônio de Goiás – Nova Veneza	Recuperação de erosão
GO-426	Inhumas – Santa Rosa	Recuperação de erosão*
GO-428	Campinorte – Alto Horizonte	Drenagem e Restauração de Trevo
GO-428	Campinorte – Nova Iguaçu	Drenagem e Restauração de Trevo
GO-433	Nerópolis – Ouro Verde	Recuperação de bueiro
GO-436	Não cita o trecho	Recapeamento e remendo profundo*
GO-445	São João da Paraúna – Aurilândia	Conservação em ponte de madeira*
GO-446	Iaciara – Posse	Remendo profundo e Reconstrução*
GO-449	Matrinchã – Faina	Reforma de ponte de madeira
GO-454	Pires do Rio – Ipameri	Terraplanagem e Revestimento primário contínuo

## Diretoria da pasta passa por mudanças com nova gestão

Dois diretores da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) deixarão os cargos. São eles, o diretor de Gestão Integrada, Edson Correla da Silva, e o diretor de Manutenção, Nelson Rodrigues Villela. A mudança ocorre após a entrada do novo titular da agência, Pedro Sales, que deixou o comando da Companhia de Desenvolvimento Econômico (Codego) para assumir o cargo. O diretor de manutenção se-

rá substituído por Alex Possidônio da Silva, atual gerente do setor que será promovido. Já o diretor de Gestão será Fernando Clemencio da Silva, que atua no órgão como responsável pela Diretoria de Planejamento, Estudos e Projetos de obras. O cargo de Clemencio passará então para Fernando Gonçalves que, segundo o presidente da Goinfra, foi recentemente selecionado em um processo seletivo. "Em breve farei uma reestruc-

turação das gerências. Vem mais mudança de organograma por aí", adianta Sales. Para ele, a alteração é algo natural que ocorre quando se chega a um novo lugar, devido a relação de confiança criada com pessoas que já vinha trabalhado anteriormente.

Sales garante que apesar da saída de alguns funcionários, o intuito é fazer as alterações de forma gradual. "Não estou em 1º de janeiro, então meu tempo

é diferente e não vou mudar uma equipe inteira e sim fazer substituições gradativas, de forma cuidadosa para não gerar prejuízos a ninguém", garante.

Enquanto isso, na "dança das cadeiras", Énio Calado que atua como titular do órgão desde o começo do ano assume a Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Golás Parcerias). Os diretores que saem da Goinfra também seguem para a Golás Parcerias jun-

to com o primo do governador Ronaldo Calado (DEM).

Em matéria do POPULAR publicada no último dia 3, foi apontado que o governador do Estado já havia dito que o primo dele ficaria temporariamente no cargo para estruturar o órgão. A Golás Parcerias, por sua vez, passa pela substituição na presidência, que antes estava sob o comando interino de Heltor Camargo após suspeitas de irregularidades.



## Estado deve R\$ 188 milhões para gestoras de hospitais

**ATRASO** Repasses financeiros de 2018 ainda não foram pagos na íntegra pela Secretaria Estadual de Saúde para organizações sociais

Thalys Alcântara  
thalys.alcantara@opopular.com.br

A Secretaria de Saúde de Goiás (SES-GO) ainda não quitou sua dívida de 2018 com as Organizações Sociais (OSs) que administram os hospitais do Estado. Os repasses financeiros atrasados somados chegam a R\$ 188 milhões. O governo diz que os pagamentos dependem do reequilíbrio financeiro das contas do Estado.

Os tamanhos dessas dívidas variam bastante entre as unidades. Em alguns casos, chegam a passar 30% de todo o valor que deveria ter sido pago em 2018, já em outras situações, como a do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso), em Santa Helena de Goiás, a porcentagem de repasse financeiro não pago é de 5%.

A maior dívida é em relação ao Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), no Setor Negreiro de Lima, administrado pela OS Associação Golana de Integralização e Reabilitação (Agir). Dos R\$ 91,2

milhões que o Estado deveria ter repassado no ano passado para a gestão da unidade, R\$ 35,8 milhões não foram pagos: 39% do total (veja quadro).

O Hospital Estadual Ernestina Lopes Jalme (HEELJ), que fica em Pirenópolis, e é administrado pela OS Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH) é a segunda unidade em que o Estado mais deve proporcionalmente. Dos R\$ 26,5 milhões que deveriam ter sido repassados para a unidade durante todo o ano passado, R\$ 9,4 milhões ainda não foram pagos, 35% do total.

Por nota, a SES-GO garantiu que as dívidas herdadas do último governo serão pagas de acordo com reequilíbrio financeiro das contas do Estado e com a autorização do governador Ronaldo Caiado (DEM).

A pasta lembra que neste ano, 2019, os repasses para as organizações sociais estão ocorrendo regularmente em dia, o que garantiria a qualidade dos atendimentos.

Em relação à diferença dos tamanhos das dívidas de 2018 entre os hospitais, a SES-GO disse que "adota critérios isonômicos para repasses às OSs assegurando que todas recebam na proporcionalidade de cada contrato."

Já sobre a possibilidade de os hospitais estarem realizando cortes financeiros, a pasta disse o seguinte: "Desde que as unidades mantenham a qualidade dos serviços e cumpram o contrato de gestão com as metas estabelecidas, as OSs têm autonomia para proceder com cortes, contratações e desligamentos."

**MUDANÇA DE GESTÃO**  
Nos bastidores, OSs alegam

### Passivo sem solução

Repasses financeiros para hospitais do ano passado ainda não foram pagos pelo governo de Goiás. Veja:

Hospital	Organização Social	Dívida de 2018	Quanto representa do que deveria ser pago
Crer	Agir	R\$ 35.866.578,45	39%
HEELJ (Pirenópolis)	IBGH	R\$ 9.390.352,55	35%
Hugo (a partir novembro)	Haver	R\$ 4.977.865,94	28%
Materno Infantil	IGH	R\$ 29.886.903,60	26%
Hutrin (a partir de novembro)	CEM	R\$ 659.583,20	25%
HEJA (Jaraguá)	IBGH	R\$ 3.893.040,21	24%
HGG	Idtech	R\$ 22.675.109,17	21%
Maternidade Nª Sra. de Lourdes	IGH	R\$ 3.358.957,06	19%
Hugol	Agir	R\$ 34.059.947,49	14%
Hugo	Gerir	R\$ 16.599.710,95	11%
HDT	ISG	R\$ 8.493.279,29	11%
Huana (Anápolis)	FASA	R\$ 13.045.666,76	10%
Huapa (Aparecida)	IGH	R\$ 2.875.363,25	7%
Hurso (Santa Helena)	IBGH	R\$ 1.714.452,05	5%
Hutrin (Trindade)	Gerir	R\$ 327.902,86	2%



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

que a falta de pagamento dos repasses de 2018 é um dos fatores para a redução de custos em hospitais estaduais do Estado, que estariam com dificuldade na negociação com fornecedores. O outro fator seria a antecipação para os próximos processos seletivos, para escolha de OS, que poderão ter contratos mais enxutos.

No primeiro semestre, foram realizados os chamamentos para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin) e para o Hospital de Urgências de Anápolis (Huana). Todos tiveram novas OSs como vencedoras do processo sele-

to e terão de trocar de gestão. No caso do Hugo, a decisão do vencedor foi suspensa e o processo de escolha retomado.

Estes três primeiros chamamentos já vieram com mudanças em seus editais, que apresentaram uma redução de valores propostos pelo Estado e aumento de metas contratuais que as OSs devem cumprir. Além disso, os novos processos seletivos deixaram de considerar relevante a organização social que apresenta uma proposta de trabalho com menor valor. Agora, critérios técnicos passaram a valer mais que os econômicos.

De acordo com a Secretaria

de Saúde, os próximos chamamentos devem ser para selecionar as OSs que vão administrar o Hospital Materno Infantil (HMI), o Hospital de Doenças Tropicais (HDT), a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e o Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia (Huapa). Todas estas quatro unidades estão com contrato para vencer no final deste ano.

Além destes hospitais, também deve ser realizado o chamamento para o Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidária (Ceap-Sol), que é especializada no tratamento de pacientes com HIV.

“Desde que as unidades mantenham a qualidade (...), as OSs têm autonomia para proceder com cortes, contratações e desligamentos”

Secretaria Estadual de Saúde

## Cremergo vai fiscalizar funcionamento do HDT

Nos próximos dias, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremergo) deve realizar uma fiscalização em que deve apurar a redução do quadro de médicos do pronto-socorro do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), no Jardim Bela Vista, em Goiânia. Reportagem do POPULAR de ontem revelou que a unidade vai diminuir pela metade a quantidade dos plantonistas na urgência com a

justificativa de que o fluxo de pacientes é baixo.

Ação de fiscalização do Cremergo vai avaliar se a medida pode comprometer o trabalho dos profissionais da unidade, o exercício ético da medicina e a qualidade da assistência à população. O objetivo é evitar a adoção de medidas que comprometam as condições de trabalho dos médicos, sobrecarregando os profissionais e afetando todo o atendimento à população.

Na tarde de ontem, o presidente do Cremergo, Leonardo Marlano Reis, participou de uma reunião com a diretoria do HDT. O diretor-geral da unidade, Roger Moreira, assumiu o cargo em agosto deste ano, um mês depois que foi assinado um termo aditivo contratual que permite a gestão do HDT pela Organização Social (OS) Instituto Sócrates Guanaes (ISG) só até o final deste ano, quando deve ocorrer um novo

processo seletivo. O ISG administra o HDT desde 2012. Moreira é responsável por efetivar um "redimensionamento médico" no hospital, que na prática é a redução de custos.

"Vamos encaminhar uma fiscalização à unidade. Depois promoveremos uma nova reunião entre o corpo clínico e os gestores", explica Marlano Reis. O Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás (Simego) também acompanha o caso e aguarda

um parecer do Cremergo, que deve ser feito após a fiscalização.

Profissionais da unidade tentam reverter a situação. Eles defendem que apesar do fluxo de pacientes ser baixo, quando comparado com hospitais maiores, ele é inconstante, podendo haver o acúmulo de mais de um paciente grave ao mesmo tempo. Além disso, o HDT atenderia casos peculiares, complexos e de maior gravidade. (Colaborou Ivânia Cavalcanti).